

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – PR

(Processo Administrativo nº 344/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de adubo, calcário, hidrogel e mudas de espécies arbóreas, para plantio em parques, praças, áreas verdes, calçadas, passeios e demais áreas públicas do município. Exclusivo para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 – Exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço unitário	Preço máximo total
1	29832472 610349	MUDAS DE SIBIPIRUNA - Poincianella pluviosa As mesmas devem ter tamanho mínimo de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	100	UN	44,14	4.414,00
2	29832473 610363	MUDAS DE IPÊ BRANCO - Tabebuia roseo-alba As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	100	UN	37,97	3.797,00
3	29832474 610349	MUDAS DE IPÊ AMARELO - Handroanthus albus As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas	100	UN	41,41	4.141,00

		bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.				
4	29832475 610351	MUDAS DE IPÊ ROXO - <i>Handroanthus heptaphyllus</i> As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	150	UN	42,33	6.349,50
5	29832476 610349	MUDAS DE PAU FERRO - <i>Libidibia ferrea</i> As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	150	UN	39,97	5.995,50
6	29832477 610352	MUDAS DE JACARANDÁ MIMOSO - <i>Jacaranda mimosifolia</i> As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	50	UN	43,97	2.198,50
7	29832478 610201	MUDAS DE CANAFÍSTULA - <i>Peltophorum dubium</i> As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	150	UN	35,51	5.326,50
8	29832479 610347	MUDAS DE RESEDÁ - <i>Lagerstroemia indica</i> As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem	100	UN	41,35	4.135,00

		enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.				
9	29832480 611163	MUDAS DE PITANGUEIRA - Eugenia uniflora As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	100	UN	40,35	4.035,00
10	29832481 611165	MUDAS DE ARAÇÁ - Psidium cattleianum: As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	100	UN	31,23	3.123,00
11	29832482 610352	MUDAS DE CEREJEIRA - Eugenia involucrata As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	100	UN	40,23	4.023,00
12	29832483 610364	MUDAS DE PATA DE VACA - Bauhinia purpúrea As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.	200	UN	38,45	7.690,00
13	29832484 610350	MUDAS DE INGÁ BRAVO - Lonchocarpus cultratus As mesmas devem ter altura mínima de 1,00 metro de altura, livre de pragas e doenças, tronco reto, sem bifurcações abaixo de 1,00 metro de altura e em perfeito estado de sanidade. Mudas em perfeito estado fitossanitário, sem qualquer dano, livre de erva daninha, pragas e doenças; mudas bem enraizadas com sistema radicular plenamente desenvolvido dentro da embalagem, sem enovelamento das raízes e com embalagem de	100	UN	39,83	3.983,00

		tamanho compatível ao porte da muda. Devem apresentar tronco único e retilíneo.				
14	29832485 485560	CALCÁRIO DOLOMÍTICO Aspecto Físico: Pó, Composição: PRMT 65 a 75 PER, Uso: Correção Acidez do Solo, Características Adicionais: Ensacado Unidade: Saco 50,00 kg.	6	SC	61,67	370,02
15	29832486 456602	HIDROGEL Gel hidroretentor de água para plantio Balde de 5 kg	5	UN	302,04	1.510,20
16	29832487 485296	ADUBO QUÍMICO Aspecto físico: pó, granulado, cor: branca, composição básica 1: NPK 12-31-17 Unidade: Saco 50,00 kg	15	SC	324,85	4.872,75
TOTAL						65.963,97

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da Publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Prefeitura Municipal publicou o Decreto 20071/2023, no qual a aquisição de mudas de árvores não está prevista no Plano Anual de Contratação (PAC) para 2024. Atualmente está previsto no PAC com ID 1339 ao 1352 mudas de flores, no entanto estas mudas não fazem referência a mudas de árvores que se fazem necessárias para cumprimento do Plano Municipal de Arborização Urbana – PMARB – do presente município.

2.2. De modo que, neste cenário onde o Município de Dois Vizinhos e a administração da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, visando os inúmeros benefícios e vantagens para a população, com intuito de correção do lapso cometido, justifica a necessidade de tal contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. **Utilização de Ingredientes Sustentáveis:** A partir do início da execução contratual, a CONTRATADA deverá causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar e solo, reduzindo o consumo de água;

4.1.2. **Redução de Embalagens:** utilizando materiais biodegradáveis, recicláveis ou reutilizáveis, dentre outros;

4.1.3. **Eficiência Energética:** Otimização no processo para evitar o desperdício de energia. O uso eficiente da energia pode gerar economia, reduzir custos e, principalmente, contribuir para a preservação do meio ambiente;

4.1.4. **Gestão de Resíduos:** A empresa deverá se comprometer com a destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados na produção das mudas, atendendo às normas específicas;

4.1.5. **Inclusão Social:** Os fornecedores devem demonstrar compromisso com a inclusão social, garantindo oportunidades, por meio de um conjunto de ações, que os cidadãos possam participar de todas as esferas da vida em sociedade, independente de características como classe social, etnia, idade, ou quaisquer outras que os diferenciam da maioria ou do que é tido como padrão;

4.1.6. **Transparência e Certificações:** A transparência é a única forma de se tratar a sustentabilidade com a seriedade que o tema merece. Sendo assim, a empresa deverá implementar práticas de divulgação das ações sustentáveis que a empresa adota. A empresa deverá implementar práticas sustentáveis em suas operações, quanto a certificações e compromissos ambientais. A empresa deverá adotar boas práticas ambientais, recomendando-se a adoção de diretrizes e orientações provenientes da certificação de sustentabilidade que melhor se adequa ao nicho de negócio (ISO

14001, Certificações ESG, selos verdes, etc.), como forma de incentivar a adoção de práticas ambientais sustentáveis, preservar os recursos naturais e as comunidades vizinhas. A certificação ambiental permite maiores oportunidades de negócios por parte da empresa certificada, além de trazer uma série de benefícios a sociedade como um todo.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de produção.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da requisição, de acordo com os pedidos da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

5.2. O transporte das mudas, caso trate-se de longas distâncias, deverá ser realizado, preferencialmente, acondicionadas em caixas adequadas, permitindo o empilhamento e menores injúrias no carregamento e descarregamento, por meio de caminhões com as partes superiores e as laterais protegidas contra a chuva e ventos e no período noturno, com os cuidados pertinentes a fim de evitar sacolejos, ambientes muito quentes, ventos ou a desidratação das plantas.

5.3. Esses cuidados visam garantir que as mudas, no momento da entrega, apresentem boa qualidade e aspectos de sanitários.

5.4. Deve estar incluído no preço todo o material e/ou insumos, bem como frete/transporte, tributos e/ou contribuições e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. As entregas das mudas têm como local a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, (sem ônus de entrega) no endereço da Secretaria, situado na Rua Salgado Filho, 161 - Centro Sul, Dois Vizinhos - PR.

5.7. As mudas deverão estar em estágio apropriado para plantio e acondicionadas em embalagens de tamanho adequadas, compatíveis com o porte da muda, apresentando folhas e caules rígidos e raízes bem formadas, com torrão bem definido, sem enovelamento das raízes.

5.8. Inclui-se ainda as seguintes diretrizes para o aceite do produto:

- Não serão aceitas mudas murchas;
- As mudas deverão ser provenientes de **viveiros inscritos no RENASEM**;
- As mudas devem ser transportadas em caminhões fechados específico para tal finalidade;
- O produto deverá ser fornecido livre de pragas, doenças e ervas daninhas;
- Todas as mudas deverão estar devidamente enraizadas;
- As mudas deverão ser entregues em embalagem específica e adequada, a qual seja biodegradável ou proporcione a sua reutilização/reciclagem;
- Atender as especificações de cada planta conforme descrições constantes no Termo de Referência.

5.9. As mudas de árvores deverão ser entregues de **forma fracionada** de acordo com os pedidos.

5.10. A empresa receberá a solicitação das espécies e quantidades a serem adquiridas antecipadamente, para que faça o planejamento da programação de entrega.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização. Que conterá informações acerca das obrigações contratuais; dos mecanismos de fiscalização; das estratégias para execução do objeto; do plano complementar de execução da contratada, quando houver; do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis; dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. Deverá ser anotado no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que as medidas necessárias

e saneadoras sejam providenciadas, quando for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.12. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais. Elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que

obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com mencionando o seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções. A ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar um relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, junto com a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. Posteriormente, será verificada sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Neste caso deverão ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, contados da notificação, às custas da contradada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 7 (sete) dias após o recebimento da nota fiscal ou equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis. O prazo poderá ser prorrogado, justificadamente por igual período, se necessário para aferir o atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto, de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;

- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar;
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, instrumento de cobrança equivalente ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade;
- c) Identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo, com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à

regularidade fiscal e trabalhista do cessionário. Bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);
- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);
- **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);
- **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a qual será válida por 90 (noventa) dias, a partir da data de expedição;

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), a qual será válida por 90 (noventa) dias, a partir da data de expedição;
- Para certidões em que a data de validade esteja omissa será considerado o prazo de 90 (noventa) dias;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Os documentos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

Qualificação Técnica

- A empresa deverá ocorrer através de certificados emitidos por órgãos competentes, sendo estes:
- **Comprovação de Alvará de Licença e Funcionamento;**
- **RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças;**
- **Indicação do responsável técnico pelo viveiro, devidamente cadastrado no CREA com registro ativo;**

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 65.963,97 (sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Órgão: 05 - Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Unidade: 001 - Departamento de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Projeto ou Atividade: 20.606.0005.2017 Atividades da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;

- Conta de Despesa: 01310 e 00000 0000/01/07/00/00 – Recursos Ordinários (livres) .

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 9 de agosto de 2024

Bruno Henrique Drun
Matrícula Funcional n.º 20.195-1